

## CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS

## Termo de Referência 432/2025

## Informações Básicas

|                    |   |                     |                           |
|--------------------|---|---------------------|---------------------------|
| Número do artefato | UASG                                    | Editado por         | Atualizado em             |
| 432/2025           | 120195-CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS | LAINA MARTINS CUNHA | 27/04/2026 18:57 (v 5.11) |
| Status             |   |                     |                           |
| CONCLUIDO          |   |                     |                           |

## Outras informações

| Categoria  | Número da Contratação | Processo Administrativo       |
|--|-----------------------|-------------------------------|
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra |                       | A ser definido posteriormente |

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para realização de exames toxicológicos, visando atender ao Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU), no âmbito nacional, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no ANEXO A deste Termo de Referência.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. Em caso de divergência entre a tabela acima e a relação de itens do CATSER do COMPRASNET, prevalecerá a descrição dos itens constantes neste Termo de Referência.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação será de 90 dias , contados a partir da data de emissão da ordem de serviço, na forma do art. 105 da lei nº 14.133 de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Os serviços a serem contratados são de natureza contínua e não envolvem dedicação exclusiva de mão de obra.
- 1.7. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.
- 1.8. Nos preços ofertados devem estar computados todos os tributos de qualquer natureza incidente sobre o material utilizado, inclusive custos com frete e seguros, quando for o caso.
- 1.9. Exame toxicológico de larga janela de detecção de substâncias psicoativas com análise retrospectiva mínima de 90 (noventa) dias. Utilizando a matriz queratina (cabelo, pelo e excepcionalmente nos casos de indicação médica; unha).
- 1.10. Exame toxicológico confirmatório de amostras de urina com resultado reagente em teste de triagem de substâncias psicoativas. Utilizando a metodologia de espectrometria de massas.
- 1.11. No **item 1** (contratação referente à realização de exames toxicológicos em **matriz queratina**, conforme descritivo no Anexo A e neste TR), todos os custos com a coleta, transporte, processamento de amostra, análise do material e disponibilização de laudos estão inclusos no valor do exame.
- 1.12. No **item 2** (contratação referente à realização de exames toxicológicos confirmatórios em **matriz urina**, conforme descritivo no Anexo A e neste TR), todos os custos com o transporte, processamento de amostra, análise do material e disponibilização de laudos estão inclusos no valor do exame.
- 1.13. Não serão aceitos serviços em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência.

1.14. A aquisição de ambos os testes em um único lote pode resultar em economias de escala e eficiência logística, uma vez que os testes seriam fornecidos por um mesmo fornecedor. Isso evita custos adicionais associados a processos de compra separados, reduz o tempo de gerenciamento de contratos, além de facilitar o acesso a uma mesma plataforma para cadastro e visualização de resultados de matrizes diferentes. O item 2 (matriz urina) é um teste confirmatório usado em situações específicas, possui uma demanda quantitativa reduzida em relação a amostras de matriz queratina, podendo gerar um desinteresse comercial entre as empresas, caso seja licitado isoladamente. As empresas podem não ser atraídas a fornecer o teste em pequenas quantidades devido a custos operacionais e logísticos, podendo gerar item fracassado no pregão. A inclusão de matriz queratina e urina no mesmo lote torna a proposta comercial mais interessante, mitigando esse risco. Cabe ressaltar o aumento da competitividade no processo licitatório, pois ao combinar o teste confirmatório com outros exames mais demandados, o lote se torna mais atrativo para um número maior de empresas. Isso também pode resultar em propostas mais vantajosas economicamente para a instituição, ao invés de um item deserto que teria de ser relançado em novo processo licitatório, gerando custos adicionais e atrasos.

1.15. Em relação aos quantitativos incluídos para a licitação ressalta-se que para o item 1 foi utilizado o levantamento estatístico de Junta de Saúde em todo território nacional. A esse quantitativo foi acrescido um percentual de 10% para atender as situações previstas no item 2.3.8.2 da Ordem Técnica 015/DIRSA/2023, de 19 de junho de 2023.

1.16. A porcentagem de resultados positivos em testes toxicológicos qualitativos pode variar dependendo do contexto e da população testada, desta forma para confirmação, é essencial considerar o ambiente e os fatores específicos da população testada e, para este fim estimou-se 10% de testes qualitativos necessitarão de confirmação. Dessa forma, para o exame confirmatório de urina (item 2) foi estimado o quantitativo de 10% do efetivo de militares e civis, além dos militares de ingresso no serviço militar obrigatório de cada Organização Militar do Comando da Aeronáutica em todo território nacional.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação de uma empresa que realize exames toxicológicos (Anfetaminas, Canabinóides, Cocaína, Metanfetamina, Opiáceos e seus metabólitos), se faz necessária para atender aos pré-requisitos da Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica NSCA 160-14 – Abordagem do uso indevido de substâncias psicoativas na Aeronáutica publicada em 31/10/2023 no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) e na Ordem Técnica 015/DIRSA/2023 de 19 de junho de 2023. Métodos confirmatórios, como a cromatografia e a espectrometria de massa, são utilizados para validar os resultados dos testes qualitativos, reduzindo a ocorrência de falsos positivos. Contratar uma empresa terceirizada para confirmar testes qualitativos toxicológicos é uma prática recomendada para garantir a precisão, confiabilidade e conformidade dos resultados, além de proporcionar eficiência operacional e acesso a tecnologia avançada na confirmação dos testes de triagem (testes rápidos).

2.2. O objetivo é a detecção de Anfetaminas, Canabinóides, Cocaína, Metanfetamina, Opiáceos e seus metabólitos tendo como público alvo o efetivo ativo de militares, candidatos ao serviço militar obrigatório, os prestadores de tarefa por tempo certo e servidores civis do COMAER.

2.3. A justificativa completa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP:00394429000100-0-000011/2025;

II. Data de publicação no PNCP:03/05/2024;

III. Id do item no PCA: 1212;

IV. Classe/Grupo: 835;

V. Identificador da Futura Contratação:120195-572/2025.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. Trata-se de contratação de Empresa especializada para a realização de exames toxicológicos de substâncias psicoativas em amostras de urina e matriz queratina, em regime de serviço comum sem mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para atender ao Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU), no âmbito Nacional. Dada a importância de obter resultados precisos e confiáveis nos testes toxicológicos, a contratação de uma empresa especializada para a realização desses exames é justificada pela necessidade de precisão técnica, conformidade regulatória e eficiência operacional.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Fornecer aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.2. Todo o material a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma;

4.1.3. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.4. A Contratada deverá apresentar licença ambiental (ou autorização ambiental) de funcionamento de empreendimento expedido pelo órgão competente de sede da licitante, com prazo de validade vigente na data de abertura da licitação;

4.1.5. Descartar o material utilizado na execução dos serviços fazendo a separação dos resíduos recicláveis e tendo o cuidado necessário com o acondicionamento dos materiais, de modo a evitar a evaporação de substâncias tóxicas no meio ambiente;

4.1.6. Adotar providências para que os produtos utilizados não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.1.7. Acondicionar os produtos utilizados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível e que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.8. Destinar os materiais recicláveis às cooperativas e associações dos catadores, incentivando a prática de reciclagem e a proteção do meio ambiente;

4.1.9. Adotar medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes de sua atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis

4.1.10. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e

tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

**Subcontratação**

- 4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
- 4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.
- 4.2.2. A subcontratação admitida está relacionada às atividades de coleta e transporte das amostras.
- 4.2.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.
- 4.2.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**Garantia da contratação**

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.
- 4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

**Vistoria**

- 4.7. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim. A vistoria deverá ser previamente agendada para cada unidade, através dos telefones constantes na tabela abaixo:

| UNIDADE                                      | ENDEREÇO/TELEFONE  |
|--|--|
| HOSPITAL DE FORÇA AÉREA DE SÃO PAULO - HFASP | Av. Olavo Fontoura, 1400 - Santana - CEP 02.012-021 - São Paulo, SP - Brasil |

|  |   |
|--|---|
|  | (11) 2224-7135/ (11) 2224-7038  |
| HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE RECIFE - HARF   | -Av. Beira Mar, 606 - Piedade CEP 54400-010 - Jaboatão dos Guararapes - PE<br><br>(81) 3322-6326                                  |
| HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE CANOAS - HACO   | Av. `A`, nº 100 - Vila Ícaro - Bairro Mato Grande - CEP 92.310-010 - Canoas , RS - BRASIL<br><br>(51) 3462-1373                   |
| HOSPITAL CENTRAL DA AERONÁUTICA - HCA      | Rua Barão de Itapajipe, 167 - Rio Comprido - CEP 20.261-005 - Rio de Janeiro , RJ - BRASIL<br><br>(21) 3501-3288 / (21) 3501-3258 |
| HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE BELÉM - HABE    | Av. Almirante Barroso, 3492 - CEP 66.613-710 - Belém , PA – BRASIL<br><br>(91) 3215-6597  |
| HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE MANAUS - HAMN   | Av. Presidente Kennedy, 1750 - Bairro do Crespo - CEP 69.074-000 - Manaus , AM - BRASIL<br><br>(92) 3623- 4223                    |
| HOSPITAL DE FORÇA AÉREA DE BRASÍLIA - HFAB | Área Militar do Aeroporto Internacional de Brasília - Brasília - DF - CEP: 71.607-900 – Brasil<br><br>(61) 3364-7836              |
| CENTRO DE MEDICINA AEROESPACIAL - CEMAL    | Estrada do Galeão, 3737 - Ilha do Governador - CEP 21.941-000 - Rio de Janeiro, RJ – BRASIL<br><br>(21) 2101-7192                 |
| NÚCLEO DE HOSPITAL DE NATAL - NUHNT        | RUA DO ESPECIALISTA S/N - 59148900 - PARNAMIRIM - RN – BRASIL<br><br>(84) 3644-9207/ (84) 3644-7671                               |
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE ALCÂNTARA - GSAU-AK | Rodovia MA-106 Km 7 CEP 65250-000 - Alcântara – MA<br><br>(98) 3311-9165  |
|  |   |

|  |   |
|--|---|
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE - GSAU-CG  | AV. DUQUE DE CAXIAS, 2905 - 79101001 - CAMPO GRANDE - MS – BRASIL<br><br>(67) 3368-3265 / (67) 9 9892-1875                                |
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE ANÁPOLIS- GSAU-AN       | BR-414, KM 4 CAIXA POSTAL 811 - 75024970 - ANÁPOLIS - GO – BRASIL<br><br>(62) 3329-7529 / (62) 3329-7517/ (62) 99152-0618                 |
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE SANTA MARIA - GSAU-SM   | Rodovia RSC 287 Km 240 - Camobi 60415-513 - Santa Maria – RS<br><br>(55) 3220-3508  |
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE FORTALEZA - GSAU-FZ     | AV BORGES DE MELO, Nº 205 – BAIRRO: AEROPORTO – CIDADE: FORTALEZA-CE <b>CEP:</b> 60415-513<br><br>(48) 3229-5116                          |
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE BOA VISTA - GSAU-BV     | ALA 7 Rua Valdemar Bastos de Oliveira, 2990 - Aeroporto CEP 69310-108 - Boa Vista – RR<br><br>(71) 3143-3276 / (71) 99318-5564 (WhatsApp) |
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE PORTO VELHO - GSAU-PV   | Av. Lauro Sodré, s/nº - Aeroporto CEP 76803-260 - Porto Velho – RO<br><br>(69) 3211-9766  |
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE BARBACENA - GSAU-BQ     | Rua Santos Dumont, 149 - São José CEP 36205-900 - Barbacena – MG<br><br>(32) 3339-4103 / (32) 9 9964-1303                                 |
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE GUARATINGUETÁ - GSAU-GW | AV. BRIG. ADHEMAR LIRIO, S/N.º - 12510020 - GUARATINGUETA - SP – BRASIL<br><br>12- 2131-7491 ou 8324                                      |
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE LAGOA SANTA - GSAU-LS   | Av. Brigadeiro Eduardo Gomes s/nº - Vila Asas - CEP: 33.400-000 -Lagoa Santa – MG<br><br>(31)2112-9676                                    |
|  |   |

|  |  |
|--|--|
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - GSAU-SJ | PRAÇA MARECHAL EDUARDO GOMES, 50 - CAMPUS DO CTA - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS / SP - CEP: 12228-901<br><br>(12)39474035                       |
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE PIRASSUNUNGA - GSAU-YS        | ESTRADA DE AGUAÍ, S/N - 13643000 - PIRASSUNUNGA – SP<br><br>(19) 35657360  |
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS - GSAU-FL       | AV. SANTOS-DUMONT, S/N - TAPERA CEP 88049000 - FLORIANÓPOLIS – SC<br><br>48 3229-5116  |
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE SANTA CRUZ - GSAU-SC          | ALA 12 Rua do Império, S/Nº CEP 23555-024 - Santa Cruz, RJ<br><br>(21) 30780339 / (21) 97203-0547                                      |
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE CURITIBA - GSAU-CT            | AV. ERASTO GAERTNER, 1000 BACACHERI - CEP 82510901 - CURITIBA – PR<br><br>(41) 3251-5294   |
| GRUPAMENTO DE SAÚDE DE SALVADOR - GSAU-SV            | AVENIDA TENENTE FREDERICO GUSTAVO DOS SANTOS, S/N SÃO CRISTOVÃO - CEP 41510115 - SALVADOR – BA<br><br>(71) 3143-3276 / (71) 99318-5564 |
| HOSPITAL DE AERONÁUTICA DOS AFONSOS-HAAF             | AVENIDA MARECHAL FONTENELE, 1628- CAMPO DOS AFONSOS, RIO DE JANEIRO-RJ CEP 21740-002<br><br>(21) 3289-6903                             |
| HOSPITAL DE FORÇA AÉREA DO GALEÃO-HFAG               | ESTRADA DO GALEÃO, 4101- ILHA DO GOVERNADOR, RIO DE JANEIRO-RJ- CEP 21941-353<br><br>(21) 2468-5186                                    |

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10. O prazo para a vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até dois dias úteis anteriores à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.11. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração de conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme inciso VI do art. 67 da Lei nº 14133/21.

4.12. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **Reajuste**

4.13. A escolha para utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE se deve ao fato de que não há um índice setorial ou específico que contemple a variação de preços dos itens integrantes do processo, uma vez que são serviços comuns de uso hospitalar.

4.14. Importante destacar ainda, que o IPCA/IBGE é utilizado para medir a inflação de uma cesta de produtos e serviços oferecidos pelo varejo e é também utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento das metas de inflação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Execução**

5.1. A execução dos serviços será iniciada 1 (um) dia útil após o recebimento da nota de empenho.

5.2. O serviço deverá ser iniciado conforme o prévio agendamento de 48 horas úteis, realizado pela Organização Militar solicitante, para as coletas nas instalações da Aeronáutica, a fim de ser providenciada a coleta das amostras pela prestadora de serviço e posterior análise.

5.3. O transporte dos materiais biológicos deverá ocorrer de forma adequada e de acordo com as normas de biossegurança expedidas pela ANVISA ou de outro órgão fiscalizador. As coletas deverão ser realizadas nas Organizações Militares;

5.4. A empresa contratada será responsável por manter a cadeia de custódia, garantindo que todas as amostras sejam coletadas, transportadas e armazenadas de acordo com protocolos rigorosos que evitam contaminação e adulteração.

5.5. O transporte das amostras será realizado pela prestadora de serviço, sem ônus para a Administração;



5.6. O transporte das amostras será realizado pela empresa contratada, que garantirá que todas as amostras sejam transportadas de forma segura e eficiente, mantendo a integridade da cadeia de custódia durante todo o processo e sem ônus para a Administração;

5.7. No Formulário da Cadeia de Custódia (FCC) dos exames deverão, obrigatoriamente, constar informações sobre os seguintes dados: identificação completa (inclusive impressão digital) e assinatura do doador e do responsável (tratando-se de menor de idade); identificação e assinatura de, no mínimo, duas testemunhas da coleta. O Laudo deve conter identificação e assinatura do responsável técnico pela emissão deste laudo/ resultado;

5.8. A responsabilidade pela manutenção da cadeia de custódia das amostras deve ser da empresa contratada, assegurando que todas as normas e procedimentos sejam rigorosamente seguidos. O formulário de cadeia de custódia deve incluir as seguintes informações:

#### **Dados Pessoais:**

- Nome ao doador
- Documento de identificação (RG, CPF, etc.)
- Detalhes da Coleta:
- Tipo de amostra (urina, cabelo, etc.)
- Data e hora da coleta
- Local da coleta
- Nome e assinatura do coletor

#### **Testemunhas:**

- Nome e assinatura de testemunhas presentes
- Selagem e Etiquetagem:
- Número de selo inviolável Informações da etiqueta da amostra
- Registro de Transferência:
- Datas e horas de cada transferência de posse
- Nomes e assinaturas das pessoas que transferem e recebem a amostra Recepção no Laboratório:
- Data e hora de recebimento
- Nome e assinatura do responsável pelo recebimento

#### **Análise:**

- Detalhes dos procedimentos analíticos
- Resultados e observações relevantes
- Armazenamento e Descarte:
- Informações sobre o armazenamento
- Data e método de descarte

5.9. Os laudos deverão ser emitidos em até 7 (sete) dias úteis após o recebimento do material biológico pelo laboratório de análise.

5.10. A Contratada deverá disponibilizar login e senha para o usuário, para a retirada do laudo toxicológico, no site do laboratório da Contratada, no momento da coleta do material para análise.

5.11. A Contratada deverá liberar de forma individualizada login e senha de acesso, ao sistema laboratorial da Contratada, para agendamento de exames e retirada de laudos para as Organizações Militares participantes do certame e uma senha, cujo perfil permita acesso a todos os resultados destas Organizações Militares, que será disponibilizada para a Diretoria de Saúde. A empresa contratada deve garantir a implementação de um sistema robusto e seguro para facilitar o acesso dos usuários e assegurar a integridade do processo.

- 5.12. A prestadora de serviço deverá manter sob sua responsabilidade, o Formulário de Cadeia de Custódia (FCC) em que conste o registro de todos os dados e detalhes das etapas do processo, desde a coleta, etapas analíticas até a emissão dos resultados, para que, quando solicitado, esteja em condições de envio em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas úteis à tomadora de serviço.
- 5.13. Tão logo a empresa contratada receba a amostra de urina para a realização do teste confirmatório ela passará a ser responsável por toda a cadeia de custódia da amostra.
- 5.14. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser adequado no prazo de 2 (dois) dias úteis às custas do fornecedor, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste documento;
- 5.15. O recebimento definitivo ocorrerá após o recebimento dos laudos pela Organização Militar;
- 5.16. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 5.17. A contratada será responsável pela coleta, transporte e análise das amostras de matriz queratina. No que se refere ao teste confirmatório de urina, a empresa responsabilizará pelo transporte e análise das amostras. As localidades para coleta dos exames e transporte estão indicadas no item 4.11. do TR 432/2025.
- 5.18. A empresa deverá disponibilizar para a execução deste Termo de Referência, profissionais capacitados e em número adequado ao pleno atendimento das necessidades prescritas;
- 5.19. A prestadora de serviço deverá fornecer todos os materiais (pré-analíticos, analíticos e pós-analíticos) que se fizerem necessários para a realização completa do exame e emissão de laudo técnico, incluindo etiqueta de identificação de amostra, lacre de inviolabilidade, termo de consentimento, formulário de cadeia de custódia, recipientes e embalagens para transporte, e demais itens necessários para as etapas de coleta e transporte;
- 5.20. No que compete a amostra destinada à contraprova, cabe à empresa prestadora de serviço toda ingerência para que se garanta sua validade em eventual contestação futura;
- 5.21. Na eventual necessidade de recoleta de amostra, a contratante deverá ser imediatamente informada para o reagendamento da coleta, sem ônus para a Administração;
- 5.22. Das coletas inopinadas e inspeções de saúde:
- a) A solicitação do exame toxicológico compete ao profissional médico e/ou a Junta de Saúde;
  - b) A solicitação do exame toxicológico inopinado geralmente compete à autoridade responsável pela gestão Técnica e/ou Administrativa dentro da Organização Militar, no caso: Comandantes, Chefes, Diretores e responsáveis pela Gestão da saúde;
  - c) O recebimento do laudo técnico será gerenciado por profissional designado por autoridade competente a critério da DIRSA;
  - d) O acionamento do prestador de serviço, controle do saldo de empenho e o ateste da nota fiscal ficará a cargo dos designados por cada Organização Militar;
  - e) No ato da assinatura do contrato, a Empresa deverá apresentar responsável legal e contato telefônico (fixo e móvel) para acionamento e inicialização do serviço, bem como apresentar uma tabela com os prazos para entrega dos resultados, conforme cada matriz biológica;
  - f) A Empresa deverá manter-se à disposição da Contratante, atendendo todas as solicitações com presteza e eficiência, não se admitindo, em hipótese alguma, que se transcorreram mais do que 24 (vinte e quatro) horas úteis, entre a chamada de emergência e o atendimento da prestadora de serviço para a coleta do material para a análise. A coleta de emergência do exame toxicológico será efetuada dentro do horário comercial do

estabelecimento contratado, ou seja, o período de tempo durante o qual o Laboratório contratado realiza atendimento ao consumidor. Este horário deverá ser informado à Contratante para deixar claro e definido o horário dos chamados de emergência;

g) É vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

### **Local da prestação dos serviços**

5.23. São os locais e endereços já mencionados no item 4.11. (Vistoria).

### **Obrigações da contratada**

5.24. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.25. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.27. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.28. Fornecer relatórios detalhados sobre os resultados dos exames, incluindo quaisquer descobertas de substâncias tóxicas;

5.29. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

5.30. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, no que couber, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

5.31. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

5.32. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

5.33. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

- 5.34. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 5.35. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 5.36. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 5.37. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 5.38. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.39. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.40. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 5.41. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.42. A Contratada deverá manter sob sua responsabilidade legal, o Formulário de Cadeia de Custódia (FCC) em que conste o registro de todos os dados e detalhes das etapas do processo, desde a coleta, etapas analíticas até a emissão dos resultados, para que, quando solicitado, esteja em condições de envio em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas úteis à tomadora de serviço;
- 5.43. Realizar a coleta de amostras de acordo com os procedimentos padrões, mantendo a cadeia de custódia;
- 5.44. Assegurar que a cadeia de custódia seja mantida durante todo o processo, desde a coleta até a entrega dos resultados
- 5.45. Empregar e fornecer somente suprimentos e matérias de boa qualidade na execução dos serviços, atendendo aos padrões de mercado e satisfazendo às especificações recomendações do fabricante dos equipamentos, fornecendo-os na quantidade necessária para suprir a demanda;
- 5.46. Apresentar fatura de serviços, com especificações dos valores e discriminação dos serviços prestados;
- 5.47. Permitir ao gestor do contrato, fiscalizar os serviços, objeto deste Termo de Referência, que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade; prestar todos os esclarecimentos solicitados, atendendo às reclamações formuladas, podendo o mesmo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou terceiros;
- 5.48. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 5.49. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

5.50. Fornecer testemunho técnico, quando necessário, sobre os métodos de coleta, análise e interpretação dos resultados dos testes toxicológicos;

5.51. Fornecer especialistas da empresa, quando necessário, para atuar como peritos para explicar a validade dos resultados e procedimentos adotados;

5.52. Fornecer apoio técnico, quando necessário, à equipe jurídica da instituição contratante para ajudar na preparação do caso.

### **Obrigações da contratante**

5.53. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela prestadora de serviço, de acordo com as cláusulas do projeto básico e os termos de sua proposta.

5.54. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por agentes públicos designados por autoridades competentes, falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.55. Notificar à prestadora de serviço por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

5.56. Pagar à prestadora de serviço o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.57. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da prestadora de serviço, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.58. Não praticar atos de ingerência na administração da Prestadora de serviço, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da prestadora de serviço, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas prestadoras de serviços;

c) considerar os trabalhadores da prestadora de serviço como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

5.59. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução constante na nota de empenho, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados ou subordinados.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.60. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais (pré-analíticos, analíticos e pós-analíticos) que se fizerem necessários para a realização completa do exame e emissão de laudo técnico, incluindo etiqueta de identificação de amostra, lacre de inviolabilidade, termo de consentimento, formulário de cadeia de custódia, recipientes e embalagens para transporte, e demais itens necessários para as etapas de coleta e transporte.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.61. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

a) Considerando as peculiaridades e condições exigidas pelo serviço de cada unidade militar, optou-se por alocar os dois itens no mesmo grupo.

b) Todas as despesas com mão-de-obra necessárias à realização dos serviços ocorrerão por conta da empresa contratada.

### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.62. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6 .A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

## **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23,

6.15. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.16. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.16.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.16.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.16.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.16.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.16.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.16.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.16.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.16.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.16.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.16.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.16.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.16.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.16.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.16.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.16.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.16.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.16.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

## **Gestor do Contrato**

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).



6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.24. Receber e dar encaminhamento imediato:

a) às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art.2º, inciso III, do decreto nº 12.174/2024;

b) à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou qualquer outro meio idôneo.

6.25. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI n º 81, de 12 de setembro de 2024).

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20 % (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I deste TR.

8.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- c) A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### **Do recebimento**

8.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

8.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

d) Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

8.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.21 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 /2021.

8.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.26 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.27. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.29.. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.31. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.34. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.35. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

8.36. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.37. As cessões de crédito não fiduciárias serão vedadas.

8.38. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.39. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar

com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.40. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.41. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.**

### **Regime de execução**

9.2. O regime de execução do contrato será por Preço Unitário.

### **Exigências de habilitação**

**9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:**

#### **Habilitação jurídica**

9.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.3.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.3.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.3.19. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.3.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.3.21. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.3.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.3.23. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.



9.3.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.3.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.3.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### **Qualificação Técnica**

9.3.27. Acreditação concedida pelo INMETRO de acordo com a Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025; ou Acreditação forense para exames toxicológicos de larga janela de detecção do Colégio Americano de Patologia – CAP-FDT;

9.3.28. Cópia da Licença Sanitária, emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, da licitante. Em caso da falta da licença, pode-se aceitar o protocolo, desde que este tenha sido distribuído no prazo máximo (cento e vinte dias antes do vencimento) estabelecido pelo Art. 3o, parágrafo 1º da Resolução ANVISA nº 66 de 05/10 /2007;

9.3.29. Apresentação de ao menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica de prestação de serviços, em outros órgãos públicos ou privados, para fins de comprovação da aptidão para fornecimento do objeto. Este atestado deverá ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado e conter a razão social da empresa, endereço, nome do profissional responsável, telefone para contato e descrição dos serviços realizados.

9.3.29.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, serão aceitos atestados que demonstrem a realização de serviços de, no mínimo, **30% (trinta por cento)** dos quantitativos do objeto da presente licitação, admitindo-se a soma de atestados para atingir este percentual. Tal exigência justifica-se pela necessidade de comprovar a capacidade técnica da empresa na realização de tais exames toxicológicos.

9.3.30. Apresentar registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Conselhos Regionais de Farmácia, Química, Biologia, Medicina ou Biomedicina em plena validade.

9.3.31. Apresentação do(s) profissional(is), devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Farmácia, Conselho Regional de Química, Conselho Regional de Biologia, Conselho Regional de Medicina ou Conselho Regional de Biomedicina, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes ao objeto desta licitação.

9.3.32. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.33. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.3.34. A inobservância das disposições de quaisquer dos itens acima será motivo de inabilitação da Licitante.

9.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.5. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.6. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.7. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.8. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.9. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.10. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.11. A exigência de comprovação das empresas na fabricação, fornecimento de capacidade técnica, evidências de entrega do objeto contratado visa assegurar que o objeto licitado atenda às especificações técnicas necessárias garantindo a eficiência e a minimização de perdas. Exigir a comprovação de saúde financeira das empresas participantes, através de demonstrações financeiras auditadas e índices de liquidez e solvência, é essencial para garantir que o fornecedor possui capacidade financeira para suportar os custos de produção e entrega do objeto licitado sem comprometer a continuidade do fornecimento. Diante disso, ao exigir comprovações técnicas e financeiras, mitigamos riscos relacionados à capacidade do fornecedor em cumprir com as especificações contratuais, assegurando que o objeto licitado será entregue conforme acordado, sem problemas de qualidade ou atrasos. Essas medidas são fundamentais para proteger os interesses da Administração, garantir a continuidade das operações e assegurar o uso adequado dos recursos investidos.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 17.742.923,33 (dezessete milhões setecentos e quarenta e dois mil novecentos e vinte e três reais e trinta e três centavos), conforme custos unitários apostos no Anexo A deste TR.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, considerando que o presente processo adota o sistema de registro de preços.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

13.1 O instrumento substitutivo ao contrato não é aplicável pois a contratação não se enquadra no art. 95, inciso I ou II da Lei n. 14.133/2021, haja vista que não é uma contratação de pequeno valor e cuja entrega se faz de forma parcelada, com previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica.

## **14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

14.1 Não é aplicável pois não é o caso de substituição do termo de contrato por instrumento equivalente (art. 95, incisos I e II, da Lei n.º 14.133, de 2021)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovo e autorizo a futura contratação.

**ALEXANDRE DE ARAUJO MELO**

BRIG QOMED- Ordenador de Despesas da Diretoria de Saúde da Aeronáutica

Despacho: Favorável ao prosseguimento da contratação pretendida.

**ARILSON DIAS**

CEL QOFARM- Presidente da |Comissão de Apoio Técnico aos Pregões de Análises Clínicas

Despacho: Favorável ao prosseguimento da contratação pretendida.

**MARISE LACERDA DE SOUZA**

MAJ QOFARM- Membro da Comissão de Apoio Técnico aos Pregões de Análises Clínicas

Despacho: Favorável ao prosseguimento da contratação pretendida.

**RENATA AMPARO PEREIRA**

CAP QOFARM- Membro da Comissão de Apoio Técnico aos Pregões de Análises Clínicas

Despacho: Favorável ao prosseguimento da contratação pretendida.

**LAINA MARTINS CUNHA**

CAP QOFARM- Membro da Comissão de Apoio Técnico aos Pregões de Análises Clínicas

Despacho: Favorável ao prosseguimento da contratação pretendida.

**LEANDRO FIGUEIRA REIS DE SA**

CAP QOFARM - Membro da Comissão de Apoio Técnico aos Pregões de Análises Clínicas

Despacho: Favorável ao prosseguimento da contratação pretendida.

**CINTIA FERREIRA MARINHO**

CAP QOFARM- Membro da Comissão de Apoio Técnico aos Pregões de Análises Clínicas

Despacho: Favorável ao prosseguimento da contratação pretendida.

**LETICIA ALVAREZ MALACHIAS**

TEN QOCON FARM- Membro da Comissão de Apoio Técnico aos Pregões de Análises Clínicas

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo B- Mapa Comparativo de Precos- Pregao Toxicologico\_ Servico.pdf (11.68 KB)
- Anexo II - Anexo I do Termo de Referência- IMR\_ toxicologico\_servico.pdf (280.89 KB)
- Anexo III - Anexo A - Demanda Consolidada.pdf (188.74 KB)



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| Documento:                    | Termo de Referência 432/2025 corrigido  |
| Data/Hora de Criação:         | 30/04/2026 09:41:15   |
| Páginas do Documento:         | 30  |
| Páginas Totais (Doc. + Ass.)  | 31  |
| Hash MD5:                     | c9575b401fd0175fa788bff0a42687fb  |
| Verificação de Autenticidade: | <a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a> |

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap LAINA MARTINS CUNHA no dia 30/04/2026 às 06:44:27 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap CINTIA FERREIRA MARINHO no dia 30/04/2026 às 07:44:18 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap LEANDRO FIGUEIRA REIS DE SÁ no dia 30/04/2026 às 08:04:00 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major MARISE LACERDA DE SOUZA no dia 30/04/2026 às 08:31:21 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap RENATA AMPARO PEREIRA no dia 30/04/2026 às 09:19:12 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten LETÍCIA ALVAREZ MALACHIAS no dia 30/04/2026 às 09:25:00 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel ARILSON DIAS no dia 30/04/2026 às 12:07:09 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Brig Med ALEXANDRE DE ARAUJO MELO no dia 30/04/2026 às 21:33:32 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO